



PARECER DA CONTROLADORIA INTERNA Nº 03102019-02

O Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, solicita análise do processo de licitação abaixo qualificado para as providências necessárias.

PROCESSO LICITATÓRIO _ PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15080001/19

Credor: **F G & FREITAS LTDA-ME**

VALOR GLOBAL: **R\$ 99.650,00 (Noventa e nove mil, seiscientos e cinqüenta reais))**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS (PLAYGROUND) PARA PRAÇAS E ESCOLAS DA PMGN.

Unidade Requisitante: **PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS E LEGAIS

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, o Artigo 71 da Constituição Estada do Pará, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, com fulcro no Artigo nº 65 da Lei Complementar nº 084/20012 TCM/PA, e os Artigos. nº 44 e 45 da Lei Complementar nº 081/2012 TCE/PA; e Lei Municipal nº 225/2005 PMGN/PA, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, com vistas a **verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Os processos administrativos têm por funcionalidade o atendimento precípuo do interesse público e para tanto devem estar revestidos dos princípios norteadores da administração pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, os procedimentos licitatórios que resguardarão as aquisições e as contratações da gestão pública devem guardar a incolumidade e atender os elementos essenciais dos ATOS



ADMINISTRATIVOS (competência, finalidade, forma, motivo e objeto), assim como, os atos normativos que resguardam a matéria, que no caso em tela, é a Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios elementares que regem a administração pública.

ANÁLISE DO PROCESSO

O Processo foi instruído em 01 volume, consta na fl 01, o termo de abertura do processo, devidamente assinada pela Pregoeira.

Observa-se os termos de referências com as devidas descrições dos produtos.

Os preços foram devidamente cotados pelo setor de compras, conforme consta no processo, devidamente assinado pelo responsável.

Foram juntados nos autos a comprovação da existência de dotação orçamentária, conforme encaminhado pelo setor contábil, bem como a autorização do Secretário de Saúde, para a abertura do respectivo processo administrativo.

Foi juntada ao processo a cópia da designação do pregoeiro, conforme o art. 38, da lei 10.520/02; consta ainda a minuta do edital, e o parecer jurídico, conforme determina o art. 38, da lei nº 8.666/93;

A publicação do certame foi feita no Diário Oficial do município, em **19/08/2019**, no diário oficial da união, em **19/08/2019**; Diário do Pará, em **19/08/2019**, conforme rege o disposto no art. 4, da lei 10.520/02.

A sessão foi aberta conforme dia e hora publicada, com a presença do pregoeiro e dos respectivos membros da equipe de apoio, para recebimento de propostas.

A empresa: **F G & FREITAS LTDA-ME**, compareceu para participar do certame.

O representante da empresa entregou os envelopes conforme determina o edital para o credenciamento, participando da fase de lances.

CONCLUSÃO E PARECER FINAL

O Departamento de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente.

O presente processo encontra-se instruído de fase interna e externa de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/1993, bem como o decreto nº 7.892/13 e lei 10.520/02, seguindo toda a tramitação administrativa.

Em análise dos autos, e considerando a essencialidade da continuidade dos serviços públicos para atendimento precípua do bem comum; Considerando os princípios constitucionais que resguardam a matéria administrativa; Considerando que a dinâmica administrativa requer eficiência e respostas tempestivas para funcionamento da máquina pública; Considerando que o processo em questão foi analisado pela Coordenação de Controle Interno após a conclusão de todas as suas fases; Considerando que os procedimentos licitatórios não podem ser frustrados ou até mesmo anulados ou revogados por equívocos de natureza formal que podem ser devidamente



Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte
CNPJ: 22.980.940/0001-27
COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO



corrigidos de acordo com o princípio constitucional da autotutela delegado a administração pública; Considerando que o **Pregão Presencial nº 026/2019**, instruído para **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS (PLAYGROUND) PARA PRAÇAS E ESCOLAS DA PMGN.**, reuni elementos jurídicos conforme parecer jurídico elencado no processo, assinado pelo eminente advogado Jacob Oliveira; A Coordenação de Controle Interno, em comum acordo com os seus membros, opina pela **APROVAÇÃO** do processo em questão após análise e orienta que seja prosseguida as etapas subsequentes.

É o parecer;

Garrafão do Norte/PA, 03 de outubro de 2019.

Edvaldo Martins
Controlador Interno-PMGN
Dec. 046/2017